

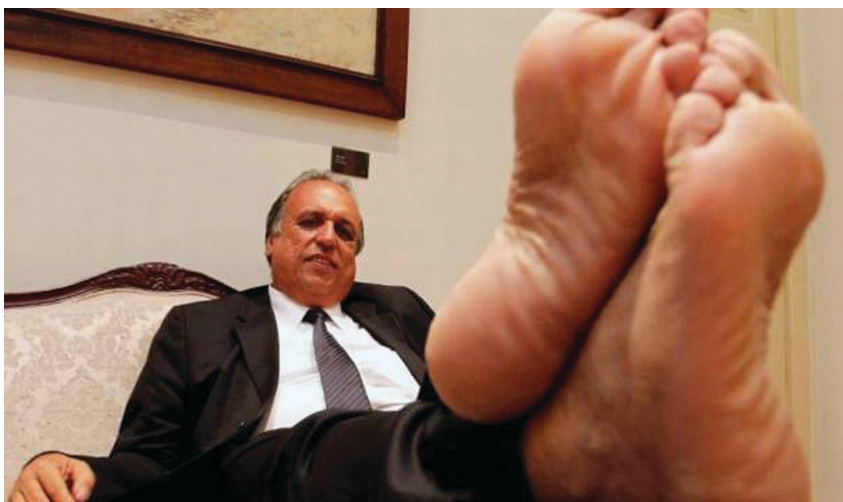


Pezão veta projeto e mantém bancários em situação de risco

PL 184-a/2015, aprovado na Alerj e vetado pelo governador do Rio de Janeiro, proíbe funcionários de portar chaves de cofres e portas de agência e transportar numerários

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, vetou o projeto de lei 184-A/2015 que proíbe os bancários de serem os responsáveis pelo porte de chaves dos cofres e portas de agências em que trabalham. A proposta havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no último dia 3. De autoria dos deputados Paulo Ramos (PSOL-RJ) e Carlos Minc (sem partido), a proposta impede, ainda, que os bancários transportem numerário, o que deverá ser feito unicamente por carros-forte.

Só este ano, 18 bancários foram sequestrados ou assaltados porque são obrigados pelos bancos a levarem as chaves dos cofres para



Ao vetar o PL 184-A/2015, o governador Pezão respalda a postura dos bancos de colocar a vida dos bancários e de suas famílias em risco

casa. Há casos em que até as famílias dos funcionários sofrem violência dos bandidos.

“É lamentável a decisão do governador, que, mais uma vez, demonstra que não tem nenhuma preocupação com a vida das pessoas. Pezão agora resolve bajular os banqueiros, não aprovando uma proposta que protege a vida dos bancários. Este é mais um motivo para os bancários participarem do protesto desta terça-feira”, disse a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso. O objetivo do projeto, antiga reivindicação da categoria, é reduzir o risco dos sequestros, fazendo com que estas funções sejam realizadas por empresas especializadas em segurança.

Funcionários vão à passeata denunciar projeto de Temer de privatizar o Banco do Brasil

O desmonte imposto pelo governo Temer ao Banco do Brasil, uma preparação para a privatização, será denunciado pelos funcionários da instituição na passeata desta terça-feira (13/12), contra a PEC 55, a reforma da Previdência, as privatizações e outros ataques aos direitos dos trabalhadores. Vão

levar faixas e cartazes contra as medidas como fechamento de agências, unidades-meio e corte de vagas, que afetam bancários e clientes.

Para organizar a luta contra a reestruturação e em defesa dos direitos dos funcionários do BB, o Sindicato convoca o funcionalismo

para uma plenária. Será no próximo dia 20, às 18 horas, no auditório do Sindicato (Av. Pres. Vargas, 502, 21º andar). Em reunião no último dia 8, em Brasília, o banco rejeitou as principais propostas da Comissão de Empresa. Entre elas, a criação do VCP permanente, que garantiria a mesma remuneração ao funcionário

até a realocação e o estabelecimento de critérios imparciais e objetivos de nomeação. O desmonte atingiu 12.374 funcionários, considerados excedentes, como consequência do fechamento de unidades e redução de dotações; 9.816 aderiram ao Plano Especial de Aposentadoria Incentivada (Peai).

Trabalhadores realizam novo ato contra pacotes de maldade do PMDB

Sindicato convoca os bancários a participarem de um novo protesto, nesta terça-feira, dia 13, contra a PEC 55, que congela os investimentos sociais por 20 anos, a reforma da Previdência e demais propostas do governo Michel Temer contra os direitos dos trabalhadores. A concentração da manifestação, organizada pela CUT, CTB, frentes Povo Sem Medo, Brasil Popular e movimentos sociais é às 15h, na Candelária. A passeata da Rio Branco até a Alerj está prevista para começar às 17h30. Antes, às 10h, o funcionalismo estadual volta às ruas contra o pacote de maldades do governador Pezão.

BLOCO DOS BANCÁRIOS

Inscreva
seu samba

O tradicional Bloco dos Bancários *Vestiu uma Camisinha Listrada e Saiu por Aí* já está com as inscrições abertas para a escolha do samba-enredo do Carnaval 2017. O enredo deste ano é “Tô ‘P’ da vida”, que usa do bom humor para falar do “mau humor cotidiano que toma conta dos brasileiros nos últimos tempos”, em que o povo sente na pele “a volta da inflação, do desemprego, assiste estupefato às notícias sobre corrupção e à crise financeira dos governos em que somente o trabalhador paga a conta”. Sem falar “nos amores não correspondidos, namorada ou namorado no pé com ciúmes, cunhado que não se toca e a sogra que nunca vai embora”.

As inscrições das composições vão até o dia 19 de janeiro. No dia 27 de janeiro será realizada a festa da escolha do samba. Estão previstos ensaios nos dias 10 e 17 de fevereiro e o desfile é no dia 24, na sexta-feira que abre oficialmente o Carnaval carioca. Em breve publicaremos detalhes da venda das camisetas da agremiação. Mais informações pelos telefones 2103-4150/4151.

Edital de Assembleia
Geral Extraordinária

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o n.º 33.094.269/0001-33, por sua presidente abaixo assinada e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCA** todos os empregados do Banco **BTG Pactual S/A**, da base territorial deste município, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará dia 14 de dezembro de 2017, às 13h, em primeira convocação, e às 13h30, em segunda convocação, na Praia de Botafogo, n.º 501 – 6º andar, Torre Corcovado, Botafogo, para apreciação da seguinte ordem do dia:

- 1) Discussão e deliberação acerca da proposta de Acordo Coletivo de Participação nos Lucros ou Resultados no exercício 2017.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2016.

Adriana da Silva Nalesso
Presidente

Assembleia aprova acordo
dos funcionários da Finep

Os funcionários da Finep (Financiadora de Estudos e Pesquisas) aprovaram na terça-feira, dia 6, o acordo proposto pela entidade patronal, que prevê 8% de reajuste salarial e um abono de R\$3.500, além de 10% de aumento nos tíquete-alimentação/ refeição. Foram 153 votos a favor da proposta e 84 contra. O Sindicato e a AFIN (Associação dos Funcionários da Finep) defenderam a rejeição da proposta. “Respeitamos a decisão da assembleia que é soberana, mas a proposta sequer repassa o acordo dos bancários com a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), além de não atender às demandas de valorização do nível médio do



A maioria dos funcionários da Finep defendeu a aprovação da proposta patronal, em assembleia realizada no último dia 6

funcionalismo, reivindicadas desde 2008. Não atende também a itens importantes para a ascensão profissional, como é o caso da chamada “cláusula de blindagem”, que previa

a ocupação de cargos de gerentes e superintendentes por funcionários de carreira da Finep e não por profissionais de fora”, explica o diretor do Sindicato Ronald Carvalhosa.

Acordo aditivo do Santander
garante conquistas importantes

Dirigentes sindicais, em São Paulo, durante a assinatura do acordo aditivo dos bancários do Santander

Parcelamento do pagamento do adiantamento de férias, reajuste do PPRS e manutenção das bolsas de estudo. Estes foram os principais avanços do acordo específico, aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), assinado entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE), Contraf-CUT e o Santander, na última quinta-feira (1/12), na Torre Santander, em São Paulo. Assim como a CCT, o aditivo terá validade de dois anos, de 1º de setembro de 2016 a 31 de outubro de 2018.

O fechamento do aditivo se viabilizou após nove rodadas de negociação e foi aprovado em assembleias em todo o país. “Os bancários

do Santander garantiram a manutenção de todas as cláusulas do acordo anterior, além destas três conquistas importantes”, afirmou o diretor do Sindicato Marcos Vicente, representante do Rio de Janeiro na COE.

PARCELAMENTO

A principal conquista do aditivo é o parcelamento em três vezes da quantia do adiantamento de férias que, pela lei, é abatida do salário do mês. Outra, é a desvinculação do reajuste do Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS) do índice negociado com a Fenaban o PPRS terá reajuste de

9,13% em 2016 (R\$ 2.200) e será pago junto com a segunda parcela da PLR. Em 2017, o programa será corrigido pelo INPC mais 1% de aumento real. O acordo garante que todos os bancários do Santander receberão R\$ 2.200 de PPRS referente ao ano de 2016 (o crédito é em março de 2017). Já os que são elegíveis à remuneração variável (que ganham pelo cumprimento de metas acordadas com o banco) receberão o valor que for maior. Por exemplo, se pelos programas próprios de remuneração variável ele receberia R\$ 1.500 em 2016, passa a receber os R\$ 2.200 do PPRS. Mas se sua remuneração variável corresponde a R\$ 5 mil, receberá os R\$ 5 mil.

Os bancários do Santander também garantiram reajustes anuais para as bolsas de estudo: a correção das bolsas de graduação e pós-graduação será pelo índice da Fenaban: 8%. Em 2017 e em 2018 será o INPC mais 1% de aumento real. Os funcionários do Santander têm direito a 2.500 bolsas, sendo duas mil para graduação e 500 para pós.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Subsede de Campo Grande:** Rua Manai, 180, CEP: 23052-090 – Campo Grande – Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

Sindicato apoia Chapa 1 na eleição para Conselho de Administração da Caixa

Pleito, que vai até sexta-feira, 16, é fundamental para a luta em defesa do banco e contra os ataques do governo às instituições públicas

A eleição para os representantes do Conselho Administrativo (CA) da Caixa Econômica Federal começou na última segunda-feira, dia 12, e vai até sexta-feira (16). O Sindicato apoia a Chapa 1, dos candidatos Maria Rita Serrano e Orecy Francisco. O vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti, fala da importância deste pleito diante de uma conjuntura de ataques do governo Temer às estatais e aos bancos e empresas públicas.

“Há um projeto claro de deterioração das instituições públicas para promover a privatização, e a Caixa, assim como o Banco do Brasil, está na mira do governo e dos bancos privados, de olho numa importante fatia do mercado. Votar na Maria Rita e no Orecy é a garantia de que teremos no Conselho Administrativo da Caixa representantes comprometidos com o fortalecimento da luta em defesa dos bancos públicos. Por isso,



EM DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS – *Maria Rita Serrano e Orecy Francisco são os candidatos compromissados com a luta dos bancários em defesa da Caixa enquanto instituição pública e contra os ataques do governo Temer*

convocamos todos os companheiros e companheiras da Caixa a votarem na Chapa 1”, afirma.

COMO VOTAR

Entre as funções dos representantes eleitos está o papel de aprovar o modelo de gestão, o plano estratégico do banco, além da fiscalização e da execução da política geral dos negócios e serviços da empresa. A votação é feita no sistema eletrônico e interno da Caixa “SISRH, opção 4.1”.

“Este pleito é fundamental também para barrarmos o Projeto de Lei 555, que ameaça um patrimônio público do povo brasileiro de R\$4,1 trilhão de cerca de 140 estatais e empresas públicas que empregam mais de 538 mil trabalhadores”, acrescenta Matileti.

Presidente da Contraf-CUT é eleito vice-presidente da Uni Américas Finanças

O presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, foi eleito para a 1ª vice-presidência da UNI Américas Finanças, na 4ª Conferência Regional da entidade, realizada em Medellín, na Colômbia. Trevor Johnson, de Trinidad e Tobago, é o segundo vice-presidente. Sergio Palazzo, da Associação Bancária da Argentina (AB), assume a presidência da entidade.

“Tivemos reconhecidas nossas lutas para manter conquistas duramente atacadas pelos banqueiros e pelo governo golpista. Foi mencionada a nossa liderança no Comando Nacional, que vem fazendo lutas históricas e resistências incríveis na conjuntura de golpe institucional no Brasil. Foi feita menção de nossa campanha em defesa dos bancos públicos: “Se é público é para todos!”. Nossa Confederação foi reconhecida como exemplo de unidade nacional, capacidade de mobilização, democracia e resistência”, destaca o presidente da Contraf-CUT.

DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS

A Conferência contou com a participação de 46 delegados e observadores, e 32 convidados de 20 entidades sindicais de 14 países, realizada de 7 a 9 de dezembro.

No encontro, foi aprovado também uma moção de defesa dos bancos públicos e a campanha brasileira “Se é público é para todos” passa a ser adotada por todos os países que compõem a Uni Américas Finanças.

CONQUISTA NO ITAU

Participantes do Plano Itaubanco CD terão distribuição de R\$ 721 milhões

Uma antiga reivindicação dos trabalhadores do Itaú – alterações do regulamento interno do Plano Itaubanco CD – está definitivamente confirmada pelo Diário Oficial de sexta-feira (2) como conquista. O órgão publicou a aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) das modificações, o que assegura o aporte de 11,22% na conta do participante, retroativo a 31 de março de 2016. A Contraf-CUT vai negociar com a Fundação Itaú-Unibanco que o crédito seja feito em conta ainda neste mês de dezembro.

Em julho, o Conselho Deliberativo da Fundação Itaú-Unibanco aprovou a distribuição do percentual de 11,22% aos participantes do Plano Itaubanco CD, além das alterações sobre a criação do fundo de administração e judicial. O valor a ser distribuído entre os participantes, que em março somava R\$ 695 milhões, está sendo corrigido, e agora chega a R\$ 721 milhões.

FUNDO ADMINISTRATIVO

O Plano Itaubanco CD, um dos vários planos de previdência complementar do

Itaú, teve um excedente de R\$ 1,418 bilhão no fundo previdencial. Esse excedente foi gerado por acontecimentos como rentabilidade acima da inflação e ganho de uma ação judicial referente à imunidade tributária. Do total excedente, a Fundação e os representantes dos sindicatos e conselheiros negociaram a criação de um fundo administrativo e de contingências judiciais, num total de R\$ 259 milhões.

O saldo restante é de R\$ 1.159 bilhão. Desse montante, os trabalhadores conquistaram 60%, que serão distribuídos entre os 21.189 participantes do plano, sendo 10.421 ativos, 4.428 assistidos (aposentados) e 6.340 entre autopatrocinados (funcionários que saíram do banco, mas que continuaram contribuindo para o fundo) e o BPD (Benefício Proporcional Diferido). Isso representará um acréscimo médio de 11% sobre o saldo total das contas individuais dos participantes, que são alimentadas mensalmente com recursos originários do fundo previdencial.

Ação da Contec: atendimento, agora, é no 20º andar

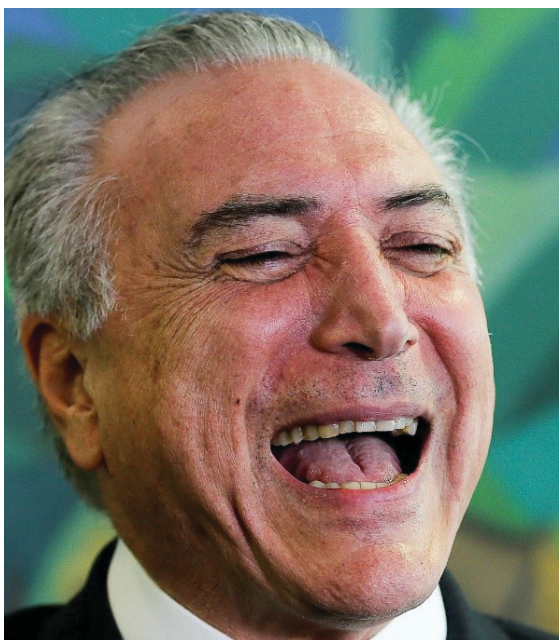
A partir desta quinta-feira (8/12), os beneficiários da ação da Contec devem se dirigir ao 20º andar do prédio do Sindicato (Av. Pres. Vargas, 502) para receber os valores a que têm direito, no horário das 10 às 18 horas. O pagamento estava sendo feito,

anteriormente, no auditório da entidade, no 21º andar. A ação é referente a uma cobrança indevida de Imposto de Renda. Em 2006, o Sindicato pagou o valor principal, e, em 2012, os juros e a correção monetária.

O QUE A MÍDIA NÃO CONTA PARA VOCÊ

Rombo na Previdência é uma falácia do governo

Desvio do dinheiro da seguridade social, juros pagos aos bancos e farra de isenções fiscais para empresários é que forjam suposto déficit previdenciário



Por trás da reforma anunciada por Temer, que prejudica o trabalhador, está um projeto para acabar com a Previdência Social e enriquecer ainda mais os bancos via previdência privada

De tempos em tempos, sucessivos governos anunciam uma nova “reforma” da Previdência, fato que tem ocorrido nas últimas décadas. O governo Temer anunciou mais uma mudança nas regras para a aposentadoria, na mais dura alteração dos últimos anos. O argumento de economistas e especialistas, todos da hegemônica escola liberal brasileira, é sempre o mesmo: o chamado “déficit” ou “rombo” da Previdência Social, com a lógica de que, se as medidas não forem tomadas agora, o governo não terá dinheiro para pagar a aposentadoria dos trabalhadores no futuro. Balela. A Previdência faz parte da Seguridade Social, que inclui, além da Previdência, a saúde pública e a assistência social, que apresenta sucessivos orçamentos superavitários ao longo dos anos. O caixa da seguridade foi fortalecido com a Constituição de 1988, incluindo como fontes de recursos o Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), uma contribuição em nível federal calculada sobre a receita bruta de empresas e o CSLL (Contribuição Social sobre o lucro Líquido). Em 2014, por exemplo, o superávit da Seguridade Social foi de R\$53 bilhões, segundo dados oficiais da Secretária do Tesouro Nacional.

COMO SE DÁ A FARSA

O governo tem divulgado que a “reforma” da Previdência é urgente porque há um déficit de cerca de R\$85,8 bilhões. Porém, o Ministério da Fazenda, hoje comandado por Henrique Meirelles, um banqueiro, considera para chegar a esses números, apenas parte das receitas da Seguridade e não fala nada sobre o desvio do

dinheiro para promover a farra das isenções fiscais para as empresas, como ocorreu nos últimos anos no Rio de Janeiro, nos governos Sérgio Cabral e Pezão (PMDB), que além de roubar recursos da Previdência, alimentou uma verdadeira indústria de propinas pagas por empreiteiras, fato que levou o estado à falência. De 2010 a 2014, as isenções fiscais “dadas de presente” às empresas retiraram da Previdência recursos na ordem de R\$230 bilhões. É esta benevolência com o grande capital que compromete o financiamento dos benefícios dos trabalhadores. Em 2015, mais da metade do suposto déficit previdenciário, ou seja, R\$64 bilhões, foi o valor das isenções dadas às empresas pelo governo. Nos últimos cinco anos, o governo concedeu R\$145,1 bi de renúncia fiscal, valor bem superior ao chamado rombo da Previdência, que não chega a R\$90 bi. Em 2016 os valores das “doações” aos empresários devem chegar a R\$56 bi. Isso sem falar nos juros pagos pelos contribuintes aos banqueiros: R\$501 bilhões em 2015. Agora, Temer quer que o trabalhador pague esta conta, trabalhando a vida toda e, se conseguir se aposentar, receba benefícios ainda mais baixos.

INTERESSES ECONÔMICOS

Fica claro que o déficit da Previdência é forjado pelo governo. Ou seja, desviam dinheiro do trabalhador para financiar atividades empresariais e “quebrar a Previdência Social. É para isso que querem o “estado mínimo”, servindo apenas aos interesses do capital. O objetivo da farsa é acabar com o direito que todo traba-

lhador tem de se aposentar. Quanto mais enfraquecem a Previdência Social, mais gente irá procurar a previdência particular. Os bancos estão de olho gordo nesta fatia promissora do mercado. É bom lembrar que, além de custar rios de dinheiro, a previdência particular não oferece serviços fundamentais garantidos pela seguridade social, como auxílio-doença, auxílio-acidente e salário-maternidade.

O rombo da Previdência é uma falácia. Só o povo nas ruas pode impedir mais este ataque a um direito fundamental dos trabalhadores, o de se aposentar.

Isenções do governo para empresas e juros pagos aos bancos forjam “déficit”

Isenções do governo para empresas:

2010 a 2014	R\$145,1 bilhões
2015	R\$64 bilhões
2016	R\$56 bilhões

Valor total das isenções: R\$265,1 bilhões

Juros pagos aos bancos (2015): R\$ 501 bilhões
Isenções + juros: R\$766,1 bilhões

Déficit da Previdência, segundo o governo:

R\$85,5 bilhões (2015)
R\$149 bilhões (2016)

Arrecadação da Seguridade Social:

R\$ 829,4 bilhões (2015)